

Por José Luiz Rodrigues (\*)

O seguro agrícola cresceu muito em nosso país nos últimos anos, no entanto somente pouco mais de 10% das lavouras do Brasil são asseguradas e protegidas contra os principais riscos climáticos, e por que tão pouco?

A causa principal é o custo do seguro agrícola, ele é caro, e para algumas culturas ele é extremamente caro, para os leitores terem uma idéia, um seguro para um pomar de maçã com cobertura única de granizo em regiões com maiores riscos (incidência de granizo) o seguro pode representar em torno de 15% do custo total do pomar, se o produtor for contemplado com a subvenção federal do prêmio do seguro rural, este custo pode baixar, porém ainda representar algo em torno de 10% do custo total. Em outro extremo temos a cultura da cana de açúcar, com cobertura multirrisco ou somente incêndio, onde o seguro pode representar de 0,8 a 1% do custo da lavoura e com a subvenção passa para algo em torno de 0,5%.

As atividades industriais e comerciais possuem “teto” a agrícola não, é feita a céu aberto, as intempéries climáticas podem causar prejuízos de dimensões catastróficas, a sinistralidade é oscilante. Suponhamos que numa cidade de 100.000 habitantes no ano de 2016 entre furtos e roubos de auto foram acusados 50 registros, para 2017 espera-se o mesmo ou uma variação muito pequena, já na agricultura não ocorre o mesmo.

O custo do seguro reflete esta realidade, somados ainda as despesas administrativas e o retorno da atividade tanto para seguradoras, resseguradores e corretores de seguro. Há ainda um componente obscuro e indesejável no custo de qualquer seguro que é a fraude, no agrícola não é diferente, e há muito a ser feito no sentido de diminuir a fraude no seguro agrícola.

Custo é o principal fator, porém não é o único, outros se devem somar a este, destaco dois:

- Produtos pouco atrativos para determinadas culturas e/ou regiões
- Divulgação

Temos um país com dimensões continentais e com variações edafoclimáticas proporcionais a esta grandeza, no entanto o mercado disponibiliza um número ínfimo de produtos. O mercado segurador não acompanha o crescimento de produtividade e tecnologia da agricultura brasileira, não há como atender este imenso mercado em potencial com “meia dúzia” de produtos previamente formulados, que por vezes não atendem as necessidades dos produtores rurais.

Este cenário de pouca iniciativa e criatividade não ocorre somente no segmento agrícola, mas em outros ramos de seguros, uma das exceções é o seguro de auto, onde observa-se uma ampla oferta de coberturas e serviços, não por acaso é um dos ramos de seguros mais vendidos no Brasil.

Um produto ou serviço para ser adquirido, necessita ser divulgado, aqui reside a meu entender outra lacuna no seguro agrícola, falta conhecimento a respeito do que se está vendendo, mais que quantidade falta qualidade na divulgação, o seguro agrícola não necessita de inúmeros corretores em sua cadeia, precisa de corretores mais qualificados, trata-se de um seguro muito técnico, diferente do seguro de auto onde o corretor abre uma tela com inúmeras informações, que facilitam sua venda, no seguro agrícola há informações imprescindíveis como quais as coordenadas geográficas? Que variedade irá plantar? Quando? Como?... Isto exige um mínimo de familiaridade dos profissionais envolvidos, sejam de seguradoras, resseguradoras e principalmente de corretores, caso contrario clientes poderão se frustrar na ocorrência de um sinistro, e “engrossar” o grupo daqueles que acreditam que o seguro agrícola não funciona em nosso país.

Voltando ao ponto inicial e principal – custo do seguro agrícola; de que forma poderemos ter um

seguro mais acessível ao produtor rural? A resposta de muitos é: com maior volume de recursos governamentais para o Programa de Subvenção ao Premio do Seguro Rural (PSR) e com a massificação do seguro.

Sem dúvida com maior volume de recursos para o PSR poderemos baixar os custos do seguro e possibilitar um maior acesso, no entanto estou a 16 anos no seguro agrícola e me recordo que as taxas praticadas no seguro agrícola há 15 anos eram mais baixas que as atuais, e numa época que não tínhamos subvenção do governo federal e com cerca de apenas 2% das lavouras seguradas no país, ou seja, tivemos um crescimento de mais de 5 vezes no volume comercializado do seguro agrícola no país e as taxas comparativamente a 15 anos atrás estão mais elevadas. Alguns vão provavelmente afirmar que as taxas aumentaram em decorrência do aumento da sinistralidade, será?

Uma coisa é certa, esta e outras dúvidas permanecerão enquanto o mercado não aprofundar seus conhecimentos, investir em profissionais, enfim; um conjunto de medidas que possam nos levar a praticar taxas condizentes (mesmo que em longo prazo), “condizentes” não significam necessariamente mais baixas, porém o que se espera é isso.

As seguradoras devem investir mais em análise de riscos, precificarem as taxas por cultura/produto/cobertura/microrregião, hoje ainda temos seguradoras praticando uma única taxa para uma mesma cultura/produto/cobertura em regiões com condições edafoclimáticas totalmente distintas. Sair a campo, ficar mais próximo das realidades vivenciadas por produtores e técnicos, realizar parcerias com universidades e instituições de pesquisa.

Em relação ao governo e seus recursos, sabemos que estes são escassos, é imprescindível elencar as prioridades, a política de subvenção deve ser discutida e constantemente adequada às realidades. Para determinadas culturas como maçã, caqui entre outras, com taxas muito elevadas, devido a concentração territorial do seu cultivo e dos riscos climáticos, os recursos do Programa de Subvenção ao Premio do Seguro Rural (PSR) poderiam ser transferidos para projetos específicos destinados ao investimento em cultivo protegido.

As taxas de juros para o custeio poderiam estar vinculadas a existência de um seguro, e as mesmas flexibilizadas em decorrência das coberturas oferecidas, melhores coberturas menores taxas de juros, isto provocaria uma competição saudável no mercado segurador.

Nos produtos multiriscos poderíamos ter percentuais subvencionados maiores para níveis de coberturas mais elevados, distinto do que é praticado atualmente e vigora desde 20/11/2015 através da Resolução nº 42 do MAPA, esta medida poderia beneficiar os produtores rurais e a competição no mercado.

O avanço no seguro agrícola ocorrerá com muita transparência, diálogo entre as partes envolvidas e vontade de mudar, mesmo que em longo prazo, poderemos ter um seguro agrícola atendendo um percentual muito maior de lavouras.

(\*) José Luiz Rodrigues é especialista em seguro rural. Possui 16 anos de experiência no setor de seguros, é graduado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e já foi docente por 9 anos na ETEC Profº Edson Galvão – Escola Técnica Agropecuária.

**Fonte:** [Portal Seguro Rural](#), em 09.05.2017.